

A Sua Senhoria o Senhor,
CESAR JOSE DE OLIVEIRA
Diretor Geral da EMATER/RN

RENÚNCIA COLETIVA DE COORDENADOR E SUBCOORDENADORES

Vimos através deste, comunicar a renúncia coletiva dos cargos (incluindo todo e qualquer ato, ação e deliberação que envolva o cargo) de Coordenador da COPE e Subcoordenadores de Crédito, Pecuária e Agroecologia e Convivência com o Semiárido, diante do cenário de total insatisfação por parte dos servidores de nossa autarquia, em face a postura e atitudes recorrentes do atual Diretor Geral da Emater, que culminaram com sua perda de credibilidade e confiança, pelas razões que passamos expor:

1. DIFÍCIL AMBIENTE INSTITUCIONAL

Os problemas acumulados ao longo dessa gestão resultaram num péssimo ambiente institucional. A sua forma impositiva de gerir, desconsiderando os agentes públicos, desenvolveu uma enorme desmotivação funcional, fragilizando a confiança entre Diretor e servidores.

É imperativo concluir que o tempo do Diretor Geral dedica se intrometendo nas questões técnicas fosse direcionado às demandas administrativas, estruturais, financeira e de pessoal, a realidade do ambiente institucional seria diferente.

Na Emater falta papel higiênico, água, material de limpeza, material de expediente, manutenção de veículos, pneus, internet, regularização do licenciamento dos veículos institucionais, falta recurso para o desenvolvimento das atividades-fim, a estrutura física dos escritórios está decadente, com rachaduras, infiltração, risco elétrico e até teto caído.

Ressalte-se que a Emater atua nos 167 municípios do RN, com aproximadamente 200 servidores efetivos, 80 bolsistas, diversos escritórios próprios, centro de treinamento próprio e recebe uma cota financeira de 170 mil reais por mês, recurso absurdamente INSUFICIENTE para suprir as necessidades básicas. Por que outras instituições menores recebem cotas bem maiores? Porque claramente esses gestores exercem as funções as

quais foram investidos, que é de gerir suas instituições intermediando demandas e resultados junto ao executivo.

No tocante ao pessoal, vê-se o esvaziamento de servidores que estão barganhando cessões para outras entidades com condições melhores de trabalho, a desmotivação dos que estão na casa é preocupante, sem contar no abandono de emprego dos terceirizados pela falta de empatia da Diretoria Geral que num momento de diálogo com o grupo afetado, apresentou-se insensível à problemática. Vale mencionar o pedido de exoneração de cargos de confiança de pessoas do próprio governo em virtude do difícil relacionamento.

Dessa forma, o ambiente de trabalho fica assustadoramente complicado e desmotivador, culminando no adoecimento de alguns servidores, principalmente porque não é essa a realidade observada em outras entidades e órgãos do governo.

2. INGERÊNCIA NA ATIVIDADE TÉCNICA DESENVOLVIDA PELOS COORDENADORES, SUBCOORDENADORES, GESTORES REGIONAIS E TÉCNICOS LOCAIS

A equipe que aqui renuncia procurou executar suas respectivas atividades direcionando-as de acordo com a realidade local e construindo, coletivamente, coordenador, subcoordenadores, gestores regionais e técnicos locais que conhecem com propriedade as demandas específicas de cada grupo demandado.

Ocorre que no que diz respeito aos programas e projetos sob tutela das pastas aqui representadas, a Direção Geral age com ingerência nas demandas técnicas, afetando significativamente o direcionamento das atividades, desconsiderando os posicionamentos de qualificação técnica da coordenação e subcoordenações, bem como desprezando o planejamento dos gestores regionais e técnicos locais.

Delegar função e não dar autonomia para executar o trabalho é desgastante. A contribuição na construção das atividades é sempre bem-vinda por todos, mas o que acontece atualmente ultrapassa todos os limites de autonomia funcional dos cargos.

A exemplo, tem-se vários relatos de reuniões marcadas pela direção geral no

interior do estado, sem convidar o técnico local. O mesmo acontece com eventos.

Já sobre os programas, tem-se a execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA (modalidade Compra com Doação Simultânea), cujo planejamento sempre ocorreu de acordo com as normativas ministeriais que é avaliando-se, sobretudo, a demanda local. Acontece que, a Diretoria Geral determinou, unilateralmente, que do recurso total do programa (aproximadamente 3,5 milhões de reais), 2 milhões deveriam, obrigatoriamente, ser destinado a um grupo específico de beneficiário (quilombolas).

Com paciência, coordenador, subcoordenador, gestores regionais e técnicos apresentaram dados mostrando que a Emater não reunia as condições operacionais e de logística para se trabalhar de forma hábil, eficiente e linear o PAA-CDS, diante da complexidade de execução (ali envolvida) e do alto valor imposto, face a demanda levantada. Além disso, tal decisão ocasionaria prejuízo aos agricultores familiares de outros municípios que ficariam com valores menores destinados à execução do programa.

Observa-se, então, que a atuação da direção geral da Emater ao longo de sua gestão esteve direcionada a ingerir e de maneira autoritária, a todo momento, nas execuções técnicas de forma não saudável. Importa mencionar que a função típica de alinhar tão fortemente os desdobramentos técnicos é do Diretor Técnico e não do Diretor Geral que possui suas próprias atribuições. Dessa forma, a instituição tornou-se carente em termos de gerenciamento administrativo-financeiro, função essa que é típica do cargo de Diretor Geral.

Essa inversão de atuação culminou numa enorme crise institucional em todas as esferas que se possa imaginar.

3. INOPERÂNCIA PARA A SOBREVIVÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

A Emater desde 2019 não conseguia ter os seus projetos aptos captar recursos federais e outras fontes em virtude de uma certidão negativa que nunca se viu esforços no intuito de solucionar o problema, ainda que existindo alternativas (como negociar e parcelar o débito que originou o problema), essa questão foi resolvida apenas em 2025. Portanto,

foram 6 anos de enfraquecimento institucional, sem executar projetos custeados com recursos externos, que viessem a estruturar e colaborar na manutenção da instituição.

Somado a isso, tem-se a passividade diante da cota financeira repassada à Emater que é completamente insuficiente para a sobrevivência da instituição, sendo, por óbvio, insuficiente para o desenvolvimento das ações técnicas, essenciais ao fortalecimento da Agricultura Familiar do RN.

Sem esquecer do concurso, que foi divulgado pelo próprio Diretor Geral e nunca se viu nenhum avanço, nenhuma ação de empenho e/ou tratativas políticas para que o pleito da instituição fosse atendido.

Há tempos a estrutura interna da Emater passa de forma vergonhosa. O Setor de Recursos Humanos alocado numa sala de reunião; O setor técnico, de contabilidade, o GASA e a engenharia com ar-condicionado quebrado; Banheiros sem papel higiênico e sabonete; auditório completamente deteriorado; escritórios sem internet, sem material de expediente, sem banheiro, sem carro com documentação regular, sem manutenção predial e elétrica, sem limpeza, com deficiência de pessoal; servidores sem diária operacional, sem capacitação técnica; computadores quebrados, carros sem manutenção, etc.

4. INOPERÂNCIA DO PROCRÉDITO RURAL RESULTANDO EM SÉRIOS PREJUÍZOS DE CUNHO FINANCEIRO

A lei que criou o ProCrédito objetivou estimular a elaboração de projetos de crédito no âmbito da Emater, fomentando a economia local, oportunizando o acesso ao crédito rural aos agricultores e agricultoras do RN ao mesmo tempo que bonificava o servidor que o fizesse e injetava recurso na instituição. Apesar dos técnicos projetistas da EMATER elaborarem as propostas de crédito e cumprirem todas as prerrogativas estabelecidas na sua regulamentação, observa a falta de compromisso da diretoria geral em tramitar o processo administrativa chegando a ficar oitenta dias a espera de despachos.

Como conseqüências desde quando passou a vigorar, observa-se que internamente a lei não funciona para os elaboradores de crédito, desmotivando-os nas elaborações dos projetos e conseqüentemente na arrecadação para a instituição.

5. FALTA DE COMPROMISSO FUNCIONAL COM OS SERVIDORES

Há um grande descontentamento com a postura da Diretoria Geral em relação as questões funcionais dos servidores, vez que não participou de nenhuma tratativa dos interesses da categoria junto ao executivo. Pleitos antigos como o incentivo à qualificação, o auxílio-alimentação e o reajuste das gratificações dos gestores regionais nunca foram encaminhados de forma efetiva junto ao governo, a representação de classe nunca foi chamada a participar de nenhum momento provocado pela Direção Geral sobre essas temáticas.

Ademais, existe uma comunicação pouco eficiente entre a direção geral e os servidores, estes não se sentem ouvidos. Quando provocam uma reunião, ficam sem retorno efetivo das demandas.

6. OMISSÃO EM IMPORTANTES EVENTOS NA TEMÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A Emater conta com 69 anos de existência no desenvolvimento da Assistência Técnica e Extensão Rural no RN, sendo a entidade oficial do Estado a desenvolver essa atividade.

Nessa gestão observa-se cada vez mais ausências da Emater em importantes espaços de debate e aprendizado envolvendo a ATER.

Vergonhosamente, estamos faltosos em importantes eventos, tais como: a oficina Nacional do PAA Leite – em que o único Estado do Nordeste sem representância foi a EMATER/RN; Intercambio junto a Sedraf com a delegação da Angola sobre Agricultura Familiar; Evento Nacional sobre o Dom Helder Câmara mesmo com todas as despesas pagas pelo Ministério; até eventos sobre agricultura familiar que acontecem no auditório da Emater a gente não está presente, sendo ato falho e vergonhoso.

Quando acontecem congressos, seminários e encontros, estes são de participação exclusiva do Diretor Geral, sem a presença do corpo técnico e sem o repasse das

informações pela Diretoria-Geral do que foi discutido, tratado e/ou acordado nestes eventos.

7. VEÍCULOS INSTITUCIONAIS COM DOCUMENTAÇÃO ATRASADA

A frota institucional além de ser insuficiente, precária e sem manutenção, ainda se encontra com o licenciamento atrasado, fato que tem ocasionado frequentemente apreensões em barreiras policiais.

Os servidores estão sendo expostos a situações vexatórias durante a execução de suas atribuições funcionais. Quando são apreendidos, ficam a depender de carona ou transporte público para concluir o deslocamento.

Muitos tiram do próprio bolso, recurso para garantir o mínimo de manutenção nos veículos que utilizam.

É importante frisar que a frota de veículos no estado em que se encontra apresenta risco à integridade física (vida) dos servidores.

8. INÉRCIA NA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS INSTITUCIONAIS

Tudo que foi anteriormente mencionado carece de resolutividade.

São anos de inércia e a situação a cada dia só piora, sem nenhuma perspectiva ou horizonte para soluções.

E ainda que a responsabilidade fique para a crise financeira do Estado, é um argumento que não se sustenta, pois essa **NÃO É A REALIDADE DE OUTROS ENTES E ÓRGÃOS DO ESTADO.**

9. SUCATEAMENTO INSTITUCIONAL

Os servidores e a sociedade têm acompanhado cessões e doações de bens móveis e imóveis da Emater para instituições privadas e por longos períodos sem qualquer

fiscalização ou acompanhamento.

Por que veículos que foram doados, não foram leiloados e o valor reinvestido na instituição?

As cessões de bens móveis deixam a Emater estruturalmente desamparada, ficando a mercê de parcerias municipais para sua instalação. Esperava-se o fortalecimento/crescimento institucional e não seu enfraquecimento.

10. REMOÇÃO DE SERVIDORES DE FORMA ARBITRÁRIA

Episódio triste de remoção arbitrária de colega que repercutiu muito negativamente dentro da instituição. Há anos não se vê um ato administrativo tão grave contra servidor. É digno de total repúdio, inviabilizando uma harmonia genuína e saudável. Não só os servidores se sentiram afetados como a sociedade.

Tal atitude é incompatível com os princípios éticos da equipe que aqui renuncia.

Por fim, é importante esclarecer que:

Compreende-se as limitações orçamentárias na atual conjuntura, no entanto os problemas aqui relatados já existem há anos, observando-se claramente a inércia e o desinteresse do Diretor Geral com a Emater, com seus servidores e com a agricultura familiar do RN. O cenário é de total descaso.

As redes sociais da Emater não refletem a realidade pela qual passa a instituição. Cabe ressaltar que as ações ali apresentadas, são executadas à ferro e fogo pelos técnicos que se desdobram para realizar com excelência suas atividades mesmo com tantos desafios, falta de estrutura e entusiasmo.

Esse grupo entrega os cargos com a sensação de que tentou contribuir até o último minuto, mas infelizmente com a atual Direção Geral é completamente inviável prospectar qualquer melhoria de cunho organizacional.

A instituição está aberta para qualquer autoridade que queira realizar uma visita, uma audiência com o corpo de servidores, colaboradores, bolsistas, terceirizados no

intuito de validar os relatos aqui descritos.

Na oportunidade, diante deste ato inédito na história da autarquia, apelamos ao Governo do Estado pela substituição imediata da Diretoria Geral da Emater, sendo essa a única forma de dirimir a grave crise institucional instalada. E em caso de procedência do pleito, nos colocamos a disposição para continuar contribuindo com a nova diretoria.